

ÂMBAR URUGUAIANA ENERGIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

ÂMBAR URUGUAIANA ENERGIA S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Âmbar Uruguaiana Energia S.A.  
Uruguaiana - RS

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Âmbar Uruguaiana Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Âmbar Uruguaiana Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

#### Recuperação do valor do imobilizado (impairment)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada ano de reporte, avaliar se existe alguma indicação de que os bens que integram o ativo imobilizado possam ter seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Uma vez que foram detectados indicadores, o teste de recuperabilidade desses ativos foi requerido, por meio da determinação do seu valor recuperável em uso. Conforme a Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, o saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 era R\$ 186.214 mil (R\$ 44 mil, em 2020, cujo montante estava praticamente com provisão de impairment, ora revertido em 2021), fora sujeito ao teste de valor recuperável (impairment). Além desses aspectos a Companhia possui interrupções constantes de geração de energia em razão de sua dependência de fornecimento de combustível pela ramificação com interligação na Argentina, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1. Devido ao significativo julgamento profissional envolvido na definição das premissas para cálculo do valor recuperável da unidade geradora de caixa, de geração de energia, que é a própria Companhia, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

#### Provisão para contingências cíveis significativa

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 17 às demonstrações contábeis, a Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza cível no montante de R\$ 143.566 mil (R\$ 123.706 mil em 2020), decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevados, e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e contingências, relativos aos processos, requer significativo julgamento profissional da Administração da Companhia, mesmo com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos. Essa situação pode resultar em mudanças substanciais nos saldos de provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo e/ou administrativamente. Devido à complexidade e relevância envolvidos no processo de mensuração das Provisões, probabilidade de desembolso futuro e determinação das respectivas divulgações, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

#### Resposta da auditoria ao assunto

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos com o apoio de especialistas:

- Avaliamos a aderência da metodologia empregada pela Administração da Companhia para o cálculo do valor recuperável com relação aos requerimentos do CPC 01 (R1);
- Avaliamos as premissas utilizadas pela Administração da Companhia na determinação do valor recuperável em uso;
- Realizamos recálculo independente, sensibilizando as principais premissas utilizadas; e
- Avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações contábeis conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas e premissas adotadas pela Administração, assim como os cálculos e avaliações realizadas e, as suas respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Resposta da auditoria sobre o assunto

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos:

- Obtivemos a listagem dos assessores jurídicos que apoiam a Companhia nos processos judiciais e administrativos e confrontamos as informações de natureza contingencial e o passivo para riscos cíveis utilizadas pela Companhia com aquelas conduzidas pelos advogados internos e externos e com as informações contábeis, incluindo as classificações com relação as estimativas de perda;
- Avaliamos a adequação da mensuração, suficiência e reconhecimento da provisão para riscos cíveis e análise dos dados e informações históricas; e
- Avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações contábeis conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Contas a receber - geração de energia conforme Portaria N° 17/2021 - Ministério de Minas e Energia

---

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 5 às demonstrações contábeis, a Companhia possui contas a receber decorrente de geração de energia conforme Portaria nº 17/2021 - Ministério de Minas de Energia (MME) não faturado, no montante de R\$ 767.015 mil em 2021, muito embora os requerimentos de reconhecimento de receitas terem sido atingidos conforme o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, o montante a ser recebido, possui questões regulatórias junto ao Operador Nacional do Sistema (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a serem resolvidas no âmbito judicial, cuja a avaliação da Administração da Companhia, mesmo assessorada pelo seus advogados, possui um julgamento significativo na avaliação de quando e por qual montante será liquidada a transação, em atendimento soa requerimentos do CPC 48 - Instrumentos financeiros. Em razão da ocorrência de convicção existente da Administração da Companhia, quanto a não se esperar perdas decorrentes da transação e a sua liquidação de ocorrer no curto prazo, existindo avanços no âmbito judicial e o oferecimento de garantias. Devido à complexidade e relevância envolvidos no processo de avaliação da liquidação da transação, bem como, a determinação das respectivas divulgações, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado - informação suplementar

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, sendo requeridas somente para as companhias abertas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Resposta da auditoria sobre o assunto

---

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos:

- Recebimento e avaliação do parecer jurídico sobre a situação do andamento da disputa comercial;
- Análise no relatório extraído do sistema de liquidação da CCEE demonstrando o valor a liquidar pelo agente;
- Análise do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica por meio despacho divulgado.
- Avaliação de risco e de estimativas da Companhia no sentido de ter a razoabilidade de recebimento do referido crédito;
- Análise da divulgação adequada desta transação, riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Baseados nesses procedimentos de auditoria, consideramos que as estimativas avaliadas pela Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações divulgadas nas demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

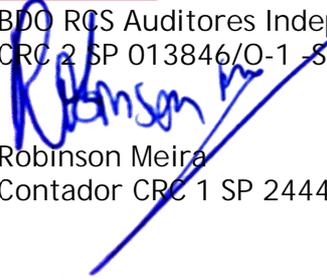


Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1 -S- RS

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Robinson Meira', is written over the text. A long, sweeping blue line extends from the end of the signature across the text below.  
Robinson Meira  
Contador CRC 1 SP 244496/O-5 -S- RS

# ÂMBAR URUGUAIANA ENERGIA S.A.

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.942	13.980
Contas a receber	5	786.028	-
Estoques	6	13.957	-
Tributos e contribuições a compensar	7	52.435	453
Outros ativos circulantes	9	1.024	1.356
		<u>886.386</u>	<u>15.789</u>
Não circulante			
Fundos vinculados	10	60.908	59.021
Partes relacionadas	8	18.500	-
Depósitos, cauções e outros	17	4.366	4.339
Tributos e contribuições a compensar	7	21.138	25.570
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	12.662	-
Outros ativos não circulantes	9	1.098	4.046
Imobilizado	11	186.214	44
Intangível	12	16	4
		<u>304.902</u>	<u>93.024</u>
Total do Ativo		<u><u>1.191.288</u></u>	<u><u>108.813</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ÂMBAR URUGUAIANA ENERGIA S.A.

## Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	13	557.013	-
Fornecedores	14	63.209	1.187
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	15	75.684	353
Outros passivos circulantes	16	13.525	2.806
		<u>709.431</u>	<u>4.346</u>
Não circulante			
Provisão para riscos processuais e fiscais	17	146.278	126.338
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	42.207	-
Outros passivos não circulantes	16	1.932	853
		<u>190.417</u>	<u>127.191</u>
Patrimônio Líquido	19		
Capital social		73.417	73.417
Reserva de capital		337	337
Reservas de lucro		217.686	-
Prejuízos acumulados		-	(96.478)
Total do Patrimônio Líquido		<u>291.440</u>	<u>(22.724)</u>
Total do Passivo e patrimônio líquido		<u>1.191.288</u>	<u>108.813</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ÂMBAR URUGUAIANA ENERGIA S.A.

## Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	20	736.060	-
Custo operacionais	21	(351.027)	-
Resultado bruto		385.033	-
Despesas administrativas e gerais		(27.391)	(12.120)
Outras receitas (despesas)		53	(15.658)
Despesas operacionais	21	(27.338)	(27.778)
Resultado operacional		357.695	(27.778)
Resultado financeiro			
Receita financeira	22	20.461	3.297
Despesa financeira	22	(34.447)	(20.072)
		(13.986)	(16.775)
Resultado antes do IRPJ e CSLL		343.709	(44.553)
IRPJ e CSLL diferido	17	(29.545)	-
Resultado do exercício		314.164	(44.553)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ÂMBAR URUGUAIANA ENERGIA S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

---

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado do exercício	<u>314.164</u>	<u>(44.553)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>314.164</u></u>	<u><u>(44.553)</u></u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# ÂMBAR URUGUAIANA ENERGIA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital Reserva especial de ágio	Reservas de lucro Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos/Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	73.417	262	-	-	(51.925)	21.754
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(44.553)	(44.553)
Remuneração com base em ações	-	75	-	-	-	75
Saldos em 31 de dezembro de 2020	73.417	337	-	-	(96.478)	(22.724)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	314.164	314.164
Reserva Legal	-	-	10.884	-	(10.884)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	206.802	(206.802)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>73.417</u>	<u>337</u>	<u>10.884</u>	<u>206.802</u>	<u>-</u>	<u>291.440</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ÂMBAR URUGUAIANA ENERGIA S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	314.164	(44.553)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	18.147	37
Imposto de renda e contribuição social diferido	29.545	-
Encargos de empréstimos e financiamentos	13.820	-
Provisões para contingências	19.860	32.011
Redução ao valor recuperável de ativo	(241.953)	-
Baixa do imobilizado	23.681	-
Outros	-	75
	<u>177.564</u>	<u>(12.430)</u>
Variação em:		
Contas a receber	(786.028)	-
Estoques	365	-
Depósitos, cauções e outros	(27)	(654)
Despesas antecipadas e outros ativos circulantes	3.279	(3.374)
Impostos a recuperar	(47.550)	(796)
Fornecedores	62.021	(43)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	75.330	(556)
Outros passivos	4.538	2.068
Variações em ativos e passivos operacionais	<u>(688.072)</u>	<u>(3.355)</u>
Caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(510.808)</u>	<u>(15.785)</u>
Juros recebidos	3.300	-
Juros pagos	(6)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(507.514)</u>	<u>(15.785)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições e baixas de ativo imobilizado e intangível	<u>(379)</u>	<u>(81)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(379)</u>	<u>(81)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos captados	1.069.935	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(519.935)	-
Aplicações financeiras vinculadas	(1.887)	(59.021)
Custo de captação	(2.758)	-
Transações com partes relacionadas	(18.500)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>526.855</u>	<u>(59.021)</u>
Variação líquida no exercício	18.962	(74.887)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>13.980</u>	<u>88.867</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>32.942</u></u>	<u><u>13.980</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ÂMBAR URUGUAIANA ENERGIA S.A.

## Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Receita operacional		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	821.530	-
	821.530	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(565.693)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	7.813	(25.379)
	(557.880)	(25.379)
Valor adicionado bruto	263.650	(25.379)
Depreciação e Amortização	185.802	37
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	449.452	(25.342)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	20.461	3.297
Valor adicionado total a distribuir	469.913	(22.045)
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.284	2.436
Benefícios	1.279	-
FGTS	163	-
	4.726	2.436
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	115.177	-
	115.177	-
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	34.278	20.072
Aluguéis	1.560	-
Outras	8	-
	35.846	20.072
Remuneração de capitais próprios		
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas	314.164	(44.553)
	314.164	(44.553)
Valor adicionado total distribuído	469.913	(22.045)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Âmbar Uruguaiana Energia S.A (“Companhia”) é uma sociedade por ações, tendo por objeto social a produção e a comercialização de energia termoelétrica e as atividades relacionadas a esse objeto, tais como a instalação e implantação de projetos de produção independente de energia, a operação e manutenção de usinas termoelétricas, obras e edificações correlatas e a compra e importação e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, possuindo uma capacidade geração de 640 megawatts (MW).

A Companhia está autorizada a funcionar como Produtora Independente de Energia Elétrica por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº180/ 1997. A autorização tem prazo de 30 anos, contados a partir de 26 de junho de 1997.

A sede da Companhia está localizada na Rodovia BR 472, Km 576, Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

### 1.1 Operação da Usina no período atual

Desde 2004, a Companhia tem enfrentado problemas com o fornecimento de gás importado da Argentina junto a um único fornecedor, a Yacimientos Petrolíferos y Fiscales S.A. (“YPF”), em razão desta ter priorizado seu mercado interno e deixado, por longos períodos, de atender de forma contínua ao contrato para atendimento da Usina, sendo totalmente interrompido em maio de 2008. Para que os compromissos contratuais com as distribuidoras de energia elétrica fossem honrados, a Companhia foi obrigada a comprar energia a um custo, por vezes, maior e sem possibilidade de repasse no preço cobrado às distribuidoras, desencadeando sua significativa deterioração econômico-financeira.

Durante o ano de 2009, foram reduzidos todos os contratos de energia com distribuidoras, e alterado seu término para 30 de dezembro do mesmo ano, mediante o reconhecimento de exposição involuntária das distribuidoras, concedida pela ANEEL, e reconhecimento da impossibilidade de manutenção dos referidos contratos. Todos os acontecimentos determinaram a paralisação das atividades operacionais (hibernação) da Usina a partir de 01 de abril de 2009 e a partir dessa data foram previstas somente as manutenções necessárias para que a planta possa ainda retornar à sua operação normal.

Nos meses de fevereiro e março de 2013, março a maio de 2014 e fevereiro a maio de 2015, a Usina operou em carácter emergencial autorizada pelo governo federal. A receita pela energia produzida neste período foi auferida por meio de liquidação no mercado de curto prazo pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Encargo de Serviços do Sistema (ESS). O preço de venda por MWh da energia produzida foi homologado pela ANEEL, baseando-se nos custos variáveis da Companhia.

A Companhia e a YPF formalizaram Contrato de Industrialização por Encomenda para Geração de Energia Elétrica para Exportação em 06 de janeiro de 2017 por meio do aceite pela YPF da carta oferta da Companhia. A YPF se obriga a fornecer o Gás Natural, a ser importado pela Companhia, o qual não será pago, sendo somente transformado em energia elétrica. Após essa transformação, a energia elétrica resultante será entregue à YPF, prevendo que a Companhia deverá disponibilizar energia elétrica ao sistema argentino por no mínimo dois anos, podendo ser prorrogado por mais 3 anos. O referido contrato tem condições precedentes, para que a Companhia venha efetivamente auferir receita oriunda do mesmo. A Companhia obteve autorização de carregamento de gás emitido pela Agência Nacional do Petróleo - ANP em 30 de janeiro de 2017 e autorização do MME, para exercer atividade de importação de gás, a qual foi concedida através da Portaria MME nº. 277, publicada em 26 de julho de 2017.

Em 15/06/2021 a Companhia até então denominada por AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS S.A. foi adquirida pela Âmbar Comercializadora de Gás Ltda, onde teve sua razão social alterada para Âmbar Uruguaiana Energia S.A. Os problemas relacionados ao faturamento em decorrência do fornecimento de gás cessaram devido aos contratos assinados ainda neste exercício sendo:

- IESA (Intregación Energética Argentina S.A.) contrato firmado em Set/21 com fornecimento de até 2.400.000 m3 por dia pelo prazo de 15 meses.
- Whintershall contrato firmado em Ago/21 com fornecimento de até 1.500.000 m3 por dia pelo prazo de Set/21 a Dez/24.

A Empresa teve o seu melhor desempenho operacional no ano de 2021 com expectativa de manter ou aumentar nos próximos anos essa performance, com isso a Empresa entende que não existe risco de Continuidade.

## 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

### a. Aprovação das Demonstrações Contábeis

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2022.

### b. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que são convergentes às normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### c. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

d. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

e. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC e das IFRS exige que a Administração faça julgamentos e estabeleça estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos próximos períodos estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: (a) determinação da recuperação do valor do ativo imobilizado; (b) determinação da vida útil-econômica dos bens componentes do imobilizado; (c) determinação de provisões para realização de ativos; (d) reconhecimento de créditos tributários diferidos; e (e) provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, as quais, apesar de refletirem o melhor julgamento por parte da Administração da Empresa, relacionadas à probabilidade da ocorrência de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

A Companhia revisa as estimativas e as premissas contábeis utilizadas no mínimo trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a revisão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Empresa.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

### 3.2. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

### 3.3. Teste de recuperabilidade (Impairment)

É testado anualmente o valor recuperável de seus ativos, ou sempre que haja eventos ou circunstâncias que indiquem perda de seu valor recuperável. Este processo envolve a utilização de premissas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas são baseadas em estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e, condições econômicas que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Não há indícios de que deva existir uma mudança material nas atuais estimativas ou dos fluxos estimados que possam expor a Empresa a perda de valor recuperável material.

### 3.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Empresa possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

### 3.5. Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido e corrente

Uma parte dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais não foram reconhecidos uma vez que a Administração não consegue determinar com segurança que a realização seja provável. Os prejuízos fiscais apurados no Brasil não expiram, entretanto estão limitados a utilização de 30% sobre o lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente e só são reconhecidos quando é provável que haja lucro tributável suficiente para sua compensação, baseando em lucros tributáveis projetados, e são limitados ao valor provável de sua realização.

### 3.6. Provisão para contingências

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração se utilize de estimativas e premissas referente as suas contingências, que afeta o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular, dada as incertezas de natureza fiscais na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Administração se utilize de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

A Empresa está sujeita a processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, previdenciário entre outros assuntos. A Administração precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar as perdas prováveis desses assuntos. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

### 3.7. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 3.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo:

- i) O montante a ser descontado;
- ii) As datas de realização e liquidação;
- iii) A taxa de desconto.

### 3.9. Normas e interpretações novas e revisadas

As demais emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2021, não tiveram impactos significativos nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais terão sua adoção para o exercício de 2022 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis referente adoção destas normas:

- Alteração da norma IAS 1 - classificação de passivos como circulante ou não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis;

- Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2021 - efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Alteração da norma IAS 16 - Imobilizado - resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Alteração da norma IAS 37 - Contrato oneroso - custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Alteração da norma IFRS 3 - Referências a estrutura conceitual - esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Alteração da norma IFRS 17 - Contratos de seguro - esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos nas suas demonstrações contábeis;
- Alteração da norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 - esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos nas suas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem, basicamente, em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB-DI, são aplicações realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 101% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. A receita gerada por estas aplicações é registrada como receita financeira.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	77	519
Aplicações financeiras CDB	32.865	13.461
	<u>32.942</u>	<u>13.980</u>

5. Contas a receber

Correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Empresa. O prazo de recebimentos equivale a um ano ou menos e estão classificados no ativo circulante. São demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, quando aplicável, que incluem juros e atualização monetária. São mensuradas ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A composição das contas a receber é como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Faturados	19.013	-
Não faturados <sup>(1)</sup>	767.015	-
	<u>786.028</u>	<u>-</u>

(1) Em novembro de 2021, a Companhia ingressou com uma ação de rito ordinário com pedido da concessão de tutela de urgência, diante do indevido cancelamento da oferta para geração de energia elétrica, com base no parágrafo 7º do artigo 5º da Portaria N° 17.2021 do Ministério de Minas e Energia (MME), que estabelecia uma entrega mínima mensal superior a 50% do volume contratado. A Companhia fundamenta-se exatamente na ocorrência da força maior que impediu de dar cumprimento pela não disponibilidade de gás natural e obteve liminar favorável ao seu pleito em 30/11/2021, o que lhe permitiu produzir e entregar toda a energia no regime da oferta da referida Portaria até o final do período contratado (31/12/2021), não existindo, portanto, qualquer restrição ao cumprimento do contrato, confirmando todos os passos para o reconhecimento de receita, conforme o CPC 47, atrelado ao cumprimento da obrigação de performance que era a disponibilização de energia no sistema interligado nacional.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Inconformada, a União apresentou pedido de Suspensão de Liminar e Sentença (SLS) perante o Tribunal Regional Federal TRF-1, que foi acolhido tão somente em 31/12/2021, suspendendo a partir dessa data os efeitos da liminar anteriormente concedida em 1ª instância, quando já havia se consumado a geração de energia para o período contratado. Contra referida decisão, foram opostos, pela Companhia, Embargos de Declaração, que foram parcialmente acolhidos em 03/02/2022, determinando-se a revogação da suspensão (antes deferida) e extinguindo o SLS, por reconhecer como exaurido seu objeto. Contra mencionada decisão, foram apresentados, agora pela União, novos Embargos de Declaração e uma Manifestação com pedido ad cautelam, que foi acolhido em 08/03/2022 para determinar a imediata suspensão do pagamento pela CCEE em favor da Companhia no montante de R\$ 739.689 referente à energia gerada em dezembro/2021, até julgamento dos Embargos da União. O montante de R\$ 27.326 está em análise pelo departamento regulatório para o entendimento do não registro pela CCEE. A Companhia já apresentou resposta aos Embargos da União e requereu a reconsideração da decisão de suspensão do pagamento, ofertando a apresentação de seguro garantia, caso o juiz considerar a decisão. Esse pedido ainda pende de apreciação por parte do Presidente do TRF-1. Em paralelo, também pendem de julgamento, perante o TRF-1, os Agravos de Instrumento interpostos pela União e pelo ONS contra a decisão liminar inicialmente deferida pelo juiz de 1º grau. O assessor legal da Companhia avalia que essa circunstância não elimina a segurança no acolhimento da pretensão veiculada na referida Ação. Baseada nessas circunstâncias existentes a Companhia reforça seu entendimento desde o início dessa transação, que não espera perdas existentes, está convicta de seu direito legal e econômico, aguardando decisão de liberação judicial para que os valores sejam recebidos. Adicionalmente a Companhia tomou conhecimento do comunicado nº 180/22 da CCCEE que informa a suspensão temporária do pagamento a ÂmbAr Uruguaiana suportada por decisão judicial retro mencionada e que adotará as providências operacionais necessárias para reversão dos valores na próxima liquidação, tal comunicado não afeta a segurança do recebimento futuro uma vez que não tem relação com o mérito da causa.

## 6. Estoques

O saldo é composto principalmente por peças de reposição utilizadas para manutenção das turbinas da Usina.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Almoxarifado	13.957	14.322
Provisão de Impairment	-	(14.322)
	<u>13.957</u>	<u>-</u>

Em agosto de 2021, a Controlada da Companhia contratou uma empresa para execução de avaliação dos itens em estoque e almoxarifado geral. Após análises foi realizado novo cálculo de impairment, onde a Companhia identificou ser necessário a reversão das provisões constituídas em anos anteriores.

## 7. Tributos e contribuições a compensar

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS e COFINS (a)	52.312	398
IRPJ/CSLL a recuperar (b)	21.241	25.596
Outros	20	29
	<u>73.573</u>	<u>26.023</u>

## ÂMBAR URUGUAIANA ENERGIA S.A

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante	52.435	453
Não circulante	21.138	25.570
	<u>73.573</u>	<u>26.023</u>

- (a) O montante de Pis e COFINS refere-se a crédito não cumulativo, incidente sobre aquisição e transporte do gás natural;
- (b) O saldo de imposto de renda compensáveis na Companhia, referem-se principalmente a créditos fiscais de anos anteriores. A Companhia protocolou pedidos de restituição junto à Receita Federal do Brasil e a realização desses ativos ocorrerá após o deferimento dos pedidos de restituição ou da sua compensação com outros débitos relativos a tributos federais por meio do sistema PER/DCOMP. O saldo de CSLL referente a 2020 foi restituído no em agosto de 2021.

## 8. Partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Na data da contratação são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Na operação de conta corrente incide cobrança de custos administrativos de captação.

Detalhamento dos créditos e débitos com partes relacionadas:

	Moeda	Ativo		Passivo	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Comercializadora de Gás (a)	R\$	18.500	-	-	-
		<u>18.500</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Em 06 de agosto de 2021 foi celebrado um contrato de conta corrente entre ÂmbAr Uruguaiana e ÂmbAr Comercializadora de Gás no valor limite de R\$ 500.000 por um período de 24 meses sem geração de juros, sendo prorrogado automaticamente, por prazos iguais e sucessivos, caso nenhuma das partes comunique a outra sobre o término do contrato.

## 9. Outros ativos circulantes e não circulantes

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento a fornecedores	62	102
Adiantamento de pessoal	-	21
Seguros e IPVA (a)	2.060	2.502
Outros créditos a receber	-	2.777
	<u>2.122</u>	<u>5.402</u>
Ativo circulante	1.024	1.356
Ativo não circulante	1.098	4.046
	<u>2.122</u>	<u>5.402</u>

- (a) O montante refere-se a seguros de garantia judicial, responsabilidade civil e seguro frota com vigência até out/2026.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

---

10. Fundos Vinculados

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fundos vinculados	<u>60.908</u>	<u>59.021</u>
	<u>60.908</u>	<u>59.021</u>

Foi aberta uma conta caução referente a garantia para quitação dos itens cobertos pela antiga "proprietária" Brasiliana Participações S.A tendo como fiduciária o Banco Itaú.

11. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de histórico de aquisição, formação ou construção, acrescido de juros e demais encargos financeiros durante a sua construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. Os bens do ativo imobilizado são avaliados, para fins de sua redução, quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Gastos são capitalizados apenas quando há aumento na vida útil-econômica do imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

A depreciação é calculada pelo método linear com base a vida útil de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

ÂMBAR URUGUAIANA ENERGIA S.A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

A composição do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como se segue:

	Taxas	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31/12/2021	31/12/2020
Terra nua e terrenos	-	285	-	285	-
Máquinas e equipamentos	10%	653.050	(474.683)	178.367	25
Instalações	4%	27.839	(20.508)	7.331	-
Equipamentos de informática	20%	3.745	(3.661)	84	19
Veículos e aeronaves	20%	458	(457)	1	-
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Outros	10%	3.437	(3.291)	146	-
		<u>688.814</u>	<u>(502.600)</u>	<u>186.214</u>	<u>44</u>

Movimentação do ativo imobilizado:	31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Reversão do Impairment	31/12/2021
Terra nua e terrenos	-	-	-	-	285	285
Máquinas e equipamentos	25	234	(23.681)	(17.127)	218.917	178.368
Instalações	-	-	-	(960)	8.291	7.331
Equipamentos de informática	19	75	-	(10)	-	84
Veículos e aeronaves	-	-	-	(6)	7	1
Obras em andamento	-	-	-	-	-	-
Outros	-	56	-	(42)	131	145
	<u>44</u>	<u>365</u>	<u>(23.681)</u>	<u>(18.145)</u>	<u>227.631</u>	<u>186.214</u>

## Impairment

A Empresa revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda, se houver. A Empresa não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) estimado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Conforme comentado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia por força de contrato com seus clientes e, em consequência das dificuldades operacionais que vinha enfrentando, principalmente relacionadas ao fornecimento de gás, concluiu que havia a necessidade de um registro de provisão para recuperação dos seus ativos não circulantes.

Em agosto de 2021, a Companhia avaliou itens de "Spare Parts" e o laudo realizado identificou que dos itens de máquina e equipamentos R\$ 23.891 se enquadravam na categoria 4 e 5 sendo considerados sem utilização/sucata e foram baixados em dez/21.

Em 31 de Dezembro de 2021, a Companhia considerou novas premissas para cálculo do Impairment baseado no Ativo Imobilizado e Almoxarifado da Companhia no montante total de 41.661.

O fluxo de caixa deste cenário com perpetuidade (com taxa de crescimento de 13%) foi de R\$ 1.845.000, o que é superior ao Ativo Imobilizado e Estoque.

- Valor justo: na etapa dois do teste de impairment, a Companhia estimou o valor justo do projeto integrado de acordo com o CPC 01, considerando o caso acima. As técnicas de valor presente foram aplicadas a esse fluxo de caixa. Considerando este cenário, foi determinado um valor justo estimado de R\$ 1.564.000 (incluindo caixa inicial R\$32.000).

Na determinação do valor presente do fluxo de caixa, a Companhia utilizou uma taxa de desconto de 13,88% (LTN2025: 10,62% + risco 3,26%).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Considerando que o teste resultou em um valor justo de R\$ 1.564.000, o que representou um excesso sobre o valor contábil, a Companhia reverteu a provisão constituída de anos anteriores.

## 12. Intangível

São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, sendo composto por software. Abaixo a composição do intangível:

	Líquido	
	31/12/2021	31/12/2020
Softwares	16	4
	<u>16</u>	<u>4</u>

Movimentação do Intangível	31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2021
Softwares	4	14	-	(2)	16
	<u>4</u>	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>16</u>

## 13. Empréstimos e Financiamentos

Demonstramos abaixo a composição dos empréstimos consolidado:

Modalidade	Taxa Anual Indexador	Vencimento	2021
Em moeda Nacional			
Notas Promissórias	3,50% + CDI	90 dias	559.771
Custo transação (a)			(2.758)
			<u>557.013</u>
			2021
Circulante			557.013
Não circulante			-
			<u>557.013</u>

(a) Com a emissão das notas promissórias no ano de 2021 a Empresa teve custos que foram captados conforme CPC 08 (R1).

Em 29 de Outubro de 2021, a Companhia realizou a captação de USD 92.138 via Contrato de Financiamento à Importação (Finimp). O contrato foi quitado em 05 de novembro de 2021.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Em 05 de novembro de 2021, a Companhia emitiu Notas Promissórias, em quatro séries, no valor total de R\$ 2.400.000 com possibilidade de captação de até 600.000, através de NPs no valor de R\$ 50.000 cada, sendo a primeira série desembolsada na mesma data da emissão no valor de R\$ 550.000 através de onze notas promissórias. Três NPs totalizando R\$ 150.000 foram quitadas em março de 2022 e as demais oito NPs totalizando R\$ 450.000 foram postergadas conforme mencionada na nota 27.

A linha de crédito foi contratada para o financiamento da compra de gás da operação.

As principais garantias dos empréstimos incluem:

- Cessão Fiduciária da totalidade dos recebíveis da Companhia;
- Alienação Fiduciária de determinado número de ações de emissão da JBS S.A.

A composição dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como se segue:

	2020	Captação	Juros incorridos	Juros pagos	Custo captação	Amortização	Variação Cambial	2021
Finimp USD	-	519.935	430	(423)	-	(511.274)	(8.668)	-
Notas Promissórias	-	550.000	9.771	-	(2.758)	-	-	557.013
	-	<u>1.069.935</u>	<u>10.201</u>	<u>(423)</u>	<u>(2.758)</u>	<u>(511.274)</u>	<u>(8.668)</u>	<u>557.013</u>

#### 14. Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. O prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos são classificados no passivo circulante. Quando aplicável são acrescidos encargos.

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão operacional (a)	61.273	-
Outros	1.936	1.187
	<u>63.209</u>	<u>1.187</u>

(a) O saldo de provisão operacional refere-se: 55.422 a compra de gás para operação, 3.710 a encargos do sistema (TUSD) e 2.141 ao custo do transporte de gás.

#### 15. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	31/12/2021	31/12/2020
Salários e encargos	161	80
Provisões para férias, 13º salário e encargos	386	198
Retenções na fonte	95	55
PIS/COFINS	74.994	-
Outros	48	20
	<u>75.684</u>	<u>353</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

A Empresa está operando no mercado de Curto prazo com a CCEE, desse o modo o saldo de impostos em resumo corresponde ao faturamento de dez/21.

16. Outros passivos circulantes e não circulantes

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
P & D (a)	2.783	2.743
FNDCT (a)	2.836	-
MME (a)	1.418	-
Outros (b)	<u>8.419</u>	<u>916</u>
	<u>15.457</u>	<u>3.659</u>

- (a) Com a retomada da operação a Empresa provisionou o montante de R\$ 2.783 referente a obrigação com Pesquisa e Desenvolvimento, R\$ 2.836 referente a Fundo Nacional de desenvolvimento científico e 1.418 referente a MME provisões inerentes ao setor elétrico;  
(b) Corresponde em suma as provisões de serviços conforme competência.

17. Provisão para processos judiciais

	Ativo		Passivo	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Processos Trabalhistas (a)	189	189	-	-
Processos Tributários (b)	2.689	2.611	2.712	2.632
Processos cíveis (c)	<u>1.488</u>	<u>1.539</u>	<u>143.566</u>	<u>123.706</u>
	<u>4.366</u>	<u>4.339</u>	<u>146.278</u>	<u>126.338</u>

- (a) Trabalhista: Os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários da Companhia pleiteiam, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial para o desempenho de funções similares. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do pleito.  
(b) Fiscal - PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015. Enquanto não se tem decisão de mérito a empresa vem efetuando depósitos judiciais sobre os valores em discussão judicial. Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, após nova análise foi definido que o status de possível não seria suficiente para continuar realizando os depósitos judiciais de modo que a partir de novembro de 2020, os valores de PIS e Cofins sobre receita financeira foram recolhidos normalmente e o saldo acumulado foi atualizado conforme Selic mensal acumulada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

(c) Liquidação de Transações de Compra e Venda de Energia período de dezembro de 2000 a março de 2002 - CCEE. A Companhia ingressou com ação em face da ANEEL, do ONS e da CCEE, visando a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via ESS; (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Despacho n.º 116/2002 da ANEEL, com a consequente manutenção dos preços praticados pela Companhia em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar às paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da Companhia, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001.

No procedimento cautelar foi proferida decisão concedendo a liminar pleiteada pela Companhia, que determinou a suspensão da exigência dos valores, objeto de escrituração pela CCEE, antigo MAE, posteriormente, sobrevindo sentença confirmando a decisão liminar para julgar procedente a medida cautelar. Aguarda-se o julgamento dos recursos de apelação interpostos pelas ONS e CCEE.

Em relação ao procedimento principal, que por sua vez, discute o mérito das alegações suscitadas pela Companhia, em fevereiro de 2014 sobreveio sentença de 1ª instância julgando improcedentes os pedidos da Companhia, contra a qual foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1) em 12 de março de 2014.

Em 16 de dezembro de 2015, julgando o recurso da Companhia, o TRF da 1ª Região confirmou a decisão de improcedência proferida pela primeira instância em relação ao procedimento principal.

Em 25 de abril de 2016 foi publicada a decisão de 2ª instância que confirmou a decisão de mérito desfavorável de 1ª instância.

No dia 03 de maio de 2016 a Companhia apresentou embargos de declaração requerendo a modificação da decisão e a atribuição de efeito suspensivo à mesma.

Em 21 de junho de 2017, foi publicada a decisão do TRF 1 extinguindo a ação cautelar. A Companhia opôs embargos de declaração sustentando a manutenção da liminar, vez que ainda não houve julgamento definitivo da ação principal. Em 25 de julho de 2017 foi concedida tutela cautelar determinando efeito suspensivo aos embargos de declaração da Companhia.

Em 18 de agosto de 2017, a ANEEL apresentou recurso (agravo regimental), contra a decisão favorável à Companhia que suspendeu a Contabilização Especial / Liquidação prevista pela CCEE. Ainda não houve manifestação do Tribunal sobre o pedido da ANEEL. Além do julgamento do Agravo Regimental, aguarda-se também o julgamento do mérito do recurso da Companhia (embargos de declaração) na Ação Principal, bem como na Ação Cautelar.

Em novembro de 2018, o processo foi encaminhado para novo relator. Em dezembro de 2018, em virtude de audiência realizada com o relator do processo, oportunidade na qual foi apresentada resistência do relator em atribuir efeitos modificativos aos embargos de declaração apresentados pela Companhia, o escritório alterou o prognóstico do caso de perda possível para provável, foram realizadas atualizações pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM totalizam R\$143.566 em 31 de dezembro de 2021 (R\$123.706 em 31 de dezembro de 2020).

	31/12/2020	Movimentações		31/12/2021
		Atualização	Exclusão	
Fiscais	2.632	80	-	2.712
Cível	123.706	19.860	-	143.566
	<u>126.338</u>	<u>19.940</u>	<u>-</u>	<u>146.278</u>

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída com base no lucro tributável do exercício. A base tributável difere do prejuízo apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

(b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são registrados em razão da incerteza e indeterminabilidade típicas do setor, apuradas entre o total de energia contabilizada de acordo com o regime de competência e os valores apurados após a contabilização e liquidação pela CCEE. Referidos valores são calculados considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A reconciliação entre as alíquotas efetivas e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação	343.709	(44.553)
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social - Nominal combinada de 34%	(116.861)	15.148
Ajuste para demonstração da taxa efetiva		
Provisão para desvalorização - ativo imobilizado e estoques	83.033	7.500
Perda de variação cambial não realizada	(18)	10
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	-	(18.724)
Prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos	(12.564)	-
Outras diferenças permanentes	236	25
Provisão de contingência	(6.752)	(4.068)
Provisões de despesas e créditos fiscais	48.650	131
Outras	(25.269)	(22)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(29.545)	-
Taxa efetiva:	9%	0%

## ÂMBAR URUGUAIANA ENERGIA S.A

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido - Ativos e Passivos		
Ativo		
(a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	12.662	-
Passivo		
(b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	<u>(42.207)</u>	-
	<u>(29.545)</u>	-

(a) Ativo diferido: o montante de R\$ 12.662 é composto pela constituição de crédito de 30% sobre o prejuízo fiscal da Companhia para abatimento do IRPJ/CSLL a pagar sobre diferenças temporárias apurada em 31 de dezembro de 2021;

(b) Passivo diferido: o montante de R\$ 42.207 é composto pelo reconhecimento das diferenças temporárias apuradas em 31 de dezembro de 2021.

## 19. Patrimônio líquido

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Empresa totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 73.417 (R\$ 73.417 em 31 de dezembro de 2020), corresponde a 1.015.222.739 ações ordinárias. A Composição acionária é a seguinte:

	<u>Nº de Ações</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Âmbar Comercializadora de gás Ltda	<u>1.015.222.739</u>	<u>73.417</u>	<u>73.417</u>
	<u>1.015.222.739</u>	<u>73.417</u>	<u>73.417</u>

### Reserva de capital

#### Reserva especial de ágio

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de reservas de capital de R\$ 337 é composto por outorga de ações e opções de compra de ações da antiga proprietária aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. A outorga de ações e opções de ações para constituição da reserva referida acima não foi aprovada em sede de reunião prévia.

#### Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desta conta é de R\$ 10.884.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Reservas de lucro

Os lucros apresentados foram integralmente destinados a reservas de lucro, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei 6.404/76, essa reserva deve apenas ser utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R\$206.802.

20. Receita líquida

A Companhia está operando no mercado de Curto prazo com a CCEE. Esta receita está reconhecida na parcela de energia.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita Bruta de Transporte		
Mercado interno (Outros clientes)	821.530	-
	<u>821.530</u>	<u>-</u>
Deduções de Vendas		
Impostos sobre vendas e serviços	(85.470)	-
Receita Operacional Líquida	<u>736.060</u>	<u>-</u>

21. Custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custos de gás	(537.692)	(17)
Custos com seguros	(1.236)	-
Custos com salários e encargos	(4.657)	(2.441)
Custos com manutenção	(6.381)	(2.128)
Custos de depreciação (a)	209.485	(22.011)
Despesas com serviços externos contratados	(15.303)	(2.911)
Outras despesas e custos	(14.196)	1.730
Encargos do sistema	(8.385)	-
Total	<u>(378.365)</u>	<u>(27.778)</u>
Custo dos serviços prestados	(351.027)	-
Despesas gerais e administrativas	(27.338)	(27.778)
	<u>(378.365)</u>	<u>(27.778)</u>

(a) No ano de 2021, houve a reversão do impairment do imobilizado, vide nota explicativa 11.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

22. Resultado financeiro, líquido

Substancialmente representadas por remuneração de aplicações financeiras, atualizações de contingências e impostos a recuperar, encargos e variações cambiais de saldos com fornecedores e juros sobre empréstimos e financiamentos.

Receita Financeira	31/12/2021	31/12/2020
Variação cambial	16.764	482
Juros ativos	3.684	2.815
Descontos obtidos	13	-
	<u>20.461</u>	<u>3.297</u>
Despesa Financeira		
Atualização monetária	(19.860)	(19.871)
Variação cambial	(477)	(81)
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(284)	(13)
Juros passivos	(13.826)	(107)
	<u>(34.447)</u>	<u>(20.072)</u>

23. Plano de previdência

A Companhia realiza aportes a um plano de previdência para seus empregados, na modalidade de contribuição definida, administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A. O passivo da Empresa está limitado ao montante de contribuições dos empregados, limitadas a 3,5% dos salários. As referidas contribuições totalizam R\$ 10 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 12 em 31 de dezembro de 2020).

24. Cobertura de seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Seguradora	Companhia	Vigência	Importância segurada	Prêmio
Seguro Garantia	Fairfax	URUGUAIANA	07/07/2017 a 07/07/2022	105.000	3.414
Seguro Garantia	Fairfax	URUGUAIANA	22/04/2020 a 22/04/2025	27.990	1.260
Seguro Garantia	Fairfax	URUGUAIANA	31/03/2020 a 07/07/2022	123.970	399
Seguro Auto Frota	Allianz	URUGUAIANA	28/05/2021 a 08/05/2022	100% FIPE	9
Seguro Garantia	Fairfax	URUGUAIANA	30/06/2021 a 22/04/2025	268	10
Seguro Garantia	Fairfax	URUGUAIANA	07/07/2022 a 30/06/2021 a	9.768	100
Seguro Responsabilidade Cível D&O	Ezze Seguros	URUGUAIANA	30/06/2022 30/09/2021 a	30.000	52
Seguro Garantia	Pottencial	URUGUAIANA	01/10/2026 30/09/2021 a	3.801	381
Seguro Garantia	Pottencial	URUGUAIANA	01/10/2026	2.985	299
Responsabilidade Cível D&O	Fator Seguradora	URUGUAIANA	13/11/2021 a 08/02/2023	40.000	52
Risco operacional	Starr	URUGUAIANA	11/03/2022 a 10/03/2023	1.709.522	3.682

(a) Seguro Garantia Judicial: abrange os valores em juízo da companhia ao Sistema Judiciário do Distrito Federal;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

- (b) Responsabilidade Civil Geral: tem por finalidade garantir a indenização ao segurado por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência de operações da Companhia.
- (c) Frota: tem por finalidade garantir os veículos da Companhia.
- (d) Risco Operacional: abrange danos materiais sem cobertura para lucros cessantes cujo objeto segurado engloba a Companhia.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, são determinadas pela Administração da Companhia.

25. Instrumentos financeiros e de gestão de risco

Os montantes dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, exceto empréstimos com partes relacionadas, registrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, equivalem ao valor de mercado.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.942	13.980
Contas a receber	5	786.028	-
Partes relacionadas	8	18.500	-
Total		<u>837.470</u>	<u>13.980</u>
<b>Passivo</b>			
Empréstimos e financiamentos	13	(557.013)	-
Fornecedores	14	(63.209)	(1.187)
Total		<u>(620.222)</u>	<u>(1.187)</u>

▪ Risco de crédito;

A Empresa pode incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber oriundos de geração de energia junto a CCEE (Câmara Comercializadora de Energia Elétrica). Para reduzir esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dos clientes.

▪ Risco com taxa de juros;

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Empresa incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Administração entende que o risco de taxa de juros não é relevante. Desta forma, dispensa a apresentação da análise de sensibilidade para este risco.

▪ Risco de mercado;

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às taxas de juros e variação cambial, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros e fluxos de caixa futuros. Conforme mencionado na nota 1, sua operação depende de sua controladora.

- Risco com taxa de câmbio;

O risco associado decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados para o exterior ou aumentem valores decorrentes da aquisição de insumos importados.

Para minimizar este risco, a Empresa monitora as exposições e gerenciam o risco avaliando a necessidade ou não da utilização de instrumentos financeiros de proteção cambial (derivativos).

## 26. Efeito COVID-19 nas Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia afirma que está monitorando os desdobramentos do surto do coronavírus, com objetivo de adequar a operação e preservar a segurança de seus colaboradores e implementou algumas alterações na gestão de seus negócios, tais como:

Uruguaiana: As atividades seguem dentro da rotina planejada e pré-estabelecida, visando a manutenção da capacidade operacional do complexo. Foi adotado o mesmo procedimento de biossegurança do escritório de sua Controladora.

Entendemos que a Pandemia provocada pelo Covid-19 é um evento sem precedentes na história do País, entretanto, felizmente, as medidas adotadas pela Companhia têm permitido a manutenção das atividades essenciais e necessárias à continuidade dos negócios.

## 27. Eventos subsequentes

Em março de 2022, as 11 notas promissórias adquiridas em novembro de 2021 pela Companhia, teve sua liquidação inicialmente em 08/02/2022 prorrogada, sendo 3 notas promissórias quitadas em 11/03/2022 e as demais postergadas para 15/06/2022, considerando as mesmas taxas utilizadas no contrato original.